

Ação contra bets pede devolução do Bolsa Família

Instituições pedem ainda indenização de R\$ 500 milhões

Por Karoline Cavalcante

Duas instituições da sociedade civil movem uma ação na Justiça Federal de São Paulo, cobrando das plataformas de apostas online, as chamadas bets, a devolução integral dos recursos do Bolsa Família utilizados desde dezembro de 2024. Naquele mês, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, determinou ao governo federal que adotasse providências para impedir o uso indevido desses recursos em apostas.

A ação civil pública é conduzida pela Educafro Brasil e pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Mônica Paião Trevisan (Cedeca). As organizações solicitam que o montante seja restituído ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, responsável pela gestão do programa de transferência de renda.

Além disso, o pedido inclui uma indenização de R\$ 500 milhões por danos morais coletivos, a ser destinada a projetos sociais selecionados pelo Fundo Nacional de Direitos Difusos, vinculado ao Ministério da Justiça, ou a programas de prevenção para populações em situação de risco social.

“Não é admissível que empresas que atuam no ramo de apostas lucrem com dinheiro obtido junto a pessoas que estão em situação de hipervulnerabilidade e que por isso precisam do apoio do Estado na manutenção de condições mínimas de nutrição e no acompanhamento da saúde e da frequência escolar dos seus filhos”, afirmou o advogado Márlon Reis, coordenador jurídico da Educafro,



José Cruz/Agência Brasil

Mais de R\$ 3 bilhões em apostas com dinheiro do Bolsa Família

em entrevista ao Correio da Manhã.

A petição, que tramita com pedido de tutela de urgência, tem como alvos a União, o Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR), que representa 75% do mercado nacional de apostas online, e dez grandes empresas do setor: Bet365, Betano, Betfair, Sportingbet, EstrelaBet, KTO, Superbet, VBET, Novibet e Betnacional.

Dados alarmantes

Segundo dados oficiais do Banco Central, somente em agosto de 2024 essas plataformas receberam cerca de R\$ 3 bilhões por meio de transações via Pix, oriundos de aproximadamente cinco milhões de beneficiários do Bolsa Família. A média de gastos por pessoa foi de R\$ 100,00, o que corresponde a cerca de 15% do valor total recebido, considerando o benefício de R\$ 682,00. O levantamento ainda revela que quatro milhões desses beneficiários

(70%) são chefes de família, ou seja, aqueles que efetivamente recebem o auxílio.

De acordo com um estudo técnico da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o setor varejista brasileiro deixou de faturar R\$ 103 bilhões em 2024 devido ao redirecionamento de recursos das famílias para as plataformas de apostas online. A pesquisa também estima que essa redução causou a perda de cerca de 420 mil postos de trabalho e uma queda de mais de R\$ 18 bilhões na arrecadação do país daquele ano.

As entidades autoras da ação acusam as empresas de apostas online de não tomarem medidas voluntárias para coibir a prática de uso de recursos sociais. Afirmam ainda que o fenômeno não é isolado, “mas sistemático e generalizado”. “Configurando verdadeira distorção da política pública de transferência de renda e expondo uma população já vulnerável

a riscos ainda maiores de endividamento, ludopatia e agravamento da situação de pobreza”, diz trecho do documento.

Entre as medidas urgentes solicitadas, está a criação de um sistema digital seguro e auditável pelas plataformas, que permita o processamento de dados fornecidos pelo Governo Federal, com registros dos beneficiários do CadÚnico. O objetivo é impedir o cadastramento de novos usuários que sejam parte do programa e remover automaticamente aqueles já cadastrados.

CPI das Bets

No Senado, segue a CPI das Bets. Nesta terça-feira (27), o colegiado ouvirá o depoimento do influenciador digital Luan Kovarik — mais conhecido como Jon Vlogs —, criador da plataforma de apostas Jonbet; além do empresário Jorge Barbosa Dias, proprietário da plataforma de apostas MarjoSports.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Paulo Pinto/Agência Brasil



Precarização gera queda na Previdência

Mudanças no trabalho afetam INSS e aumentam BPC

Técnicos da área econômica preveem que as mudanças no mercado de trabalho, com o aumento da pejetização e de prestadores de serviços sem vínculos empregatícios, ocasionarão um estouro ainda maior no pagamento do Benefício de Prestação Continuada.

Criado em 1993 para garantir a sobrevivência de idosos e de pessoas com deficiência, o BPC garante

o pagamento de um salário mínimo mensal e virou um desafio para as contas do governo: o número de beneficiários cresceu 33% desde 2022; passou de 4,7 milhões para 6,2 milhões.

A questão é simples: 70% dos aposentados do INSS recebem até um salário mínimo e, para ter direito ao BPC, não é preciso ter contribuído para a Previdência. Este ano, o benefício custará R\$ 112 bilhões.

Dois lados

O problema ocorre nas duas pontas: gera diminuição na arrecadação do INSS e aumenta as despesas do caixa do governo, já que o dinheiro do BPC não sai da Previdência. O aumento das exigências para a concessão da aposentadoria também contribui para o impasse.

Rigidez

Em três anos, o número de benefícios concedido a pessoas com autismo subiu quase 250%. No fim do ano passado, o presidente Lula (PT) sancionou, com vetos, lei que buscou tornar mais rígidas as regras de concessão do BPC, mas preservou a maioria dos direitos.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Procurador-geral quer investigar Eduardo Bolsonaro

PL protesta, mas comemora decisão de Gonet

A bancada do PL na Câmara publicou nota oficial para protestar contra a decisão da Procuradoria-Geral da República de pedir abertura de investigação contra o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP).

Mas, nos bastidores, muitos bolsonaristas chegaram a comemorar a decisão do procurador-geral,

Paulo Gonet. Para eles, a medida reforça a percepção de que há uma perseguição orquestrada contra o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Uma conspiração da qual fariam parte também o Supremo Tribunal Federal, em especial, o ministro Alexandre de Moraes, e a Presidência da República.

‘Tiro no pé’

Eduardo tratou de faturar a investigação em torno de suas atividades nos Estados Unidos que, para a PGR, caracterizaram tentativas de obstrução da Justiça. Em post, o deputado licenciado classificou a medida de “tiro no pé” e disse que o país vive num “estado de exceção”.

Prisão

Autor da representação criminal utilizada por Gonet para pedir a abertura de investigação, o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (PT-RJ), foi além. Para ele, o STF deve decretar a prisão preventiva de Eduardo — isto, para preservar a “soberania nacional”.

A favor

Lançada em 1979 por Elis Regina, “O bêbado e a equilibrista”, de João Bosco e Aldir Blanc, foi logo transformada em hino pela anistia aos presos e exilados políticos — a letra faz uma citação ao “irmão do Henfil”, Betinho, que ainda era obrigado a viver fora do país.

Contra

Passados 46 anos, incluída no novo show de Bosco, a canção serve de mote para o grito contra a anistia de denunciados e condenados pela tentativa de golpe. Ao terminar de cantá-la no Vivo Rio, o compositor, muito aplaudido, ouviu os gritos de “Sem anistia!”.

INSS começa a devolver descontos ilegais da fraude

Por Gabriela Gallo

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começou, nesta segunda-feira (26), a ressarcir os valores dos descontos ilegais de aposentados e pensionistas do instituto. Nessa primeira etapa, o governo separou R\$ 292 milhões para devolver até 6 de junho o dinheiro para beneficiários lesados pelo esquema de fraude. O valor se refere apenas para os descontos de mensalidades associativas que constaram na folha de pagamento de abril, que foi fechada antes da operação da Polícia Federal (PF) que descobriu o esquema de descontos indevidos.

Nesta segunda-feira, foram devolvidos os valores para beneficiários que ganham até um salário-mínimo (atualmente R\$ 1.518) que têm o último número de Benefício (NB) – sem considerar o dígito verificador, que aparece depois do traço – que terminam em 1. Nesta terça-feira (27), serão repassados os valores para quem tem o NB que termina em 2, e assim sucessivamente até 6 de junho, quando serão repassados os valores para beneficiários que ganham um NB que termina em zero. No caso de aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário-mínimo, eles começam a receber seus recursos de volta a partir da próxima segunda-feira (2), para os beneficiários que tem o último algarismo do nú-

mero de Benefício 1 e 6.

As investigações da PF apontam que, entre 2019 e 2024, foram descontados valores mensais de aposentados e pensionistas sob a justificativa de que eles se tornariam membros de associações de aposentados – o que não aconteceu e nenhuma das vítimas foram vinculadas a qualquer uma das associações investigadas. Foram desviados R\$ 6,3 bilhões. Onze associações são investigadas pelas irregularidades.

Congresso

Como adiantado pelo Correio da Manhã, o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) declarou que deve ler o requerimento que solicita a abertura da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigará o esquema de desvio de recursos de beneficiários do INSS em uma sessão conjunta em 17 de junho. Inicialmente, estava prevista para esta terça-feira uma sessão conjunta entre deputados e senadores para discutirem sobre vetos presidenciais – na qual Alcolumbre iria ler o requerimento e instalar a comissão. Porém, por falta de acordo entre parlamentares sobre a derubada (ou não) dos 60 vetos presidenciais previstos para serem discutidos, o presidente do Senado resolveu adiar a sessão para que os parlamentares cheguem a um acordo. Ques-



Andressa Anholete/Agência Senado

Contarato foi contra orientação do governo

tionado na última semana, ele disse que não convocaria uma sessão mista apenas para instalar a CPMI.

Nesta segunda-feira (26), o senador Fabiano Contarato (PT-ES), único parlamentar do Partido dos Trabalhadores que assinou o pedido para instalar a comissão mista, admitiu que a abertura do colegiado não seria “de bom tom” para o terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Mesmo assim, o ex-líder da bancada do PT no Senado disse que não se arrepende de ter assinado o requerimento.

Ele destacou que, neste mo-

mento de crise, cabe ao poder Executivo “aprovar medidas para alavancar a economia, gerar emprego e renda e reduzir a desigualdade”. Já a CPMI cabe ao Congresso.

“Esses fatos atingem uma camada da população com alto grau de vulnerabilidade e precisam ser apurados. Obviamente que, para o governo, não é propósito ou de bom tom [instalar uma CPMI sobre o INSS]. Mas eu estou com a consciência tranquila e por isso assinei [o pedido]”, disse Contarato em entrevista durante seminário do Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (Iree).